

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

O NOVO MARCO NORMATIVO ELEITORAL PARA 2026	31
1.1. O TSE como regulador: fundamento e natureza jurídica....	31
1.1.1. Tensão entre inovação regulatória e segurança jurídica	33
1.2. O prazo constitucional e sua relevância	34
1.3. O processo de elaboração das resoluções de 2026.....	36
1.3.1. A estrutura do processo normativo e o papel do relator	36
1.4. O mapa das 14 Resoluções.....	37
1.5. As Cinco Grandes Inovações para 2026	39
1.5.1. A regulação da inteligência artificial na propaganda – Resolução n. 23.755 de 2026.	39
1.5.2. O requerimento de declaração de elegibilidade (RDE) – Resolução n. 23.754 e a Lei Complementar n. 219/2025.....	39
1.5.3. A distinção dos ritos nas representações – Resolução 23.756	39
1.5.4. Financiamento, violência política de gênero e EC n. 133 – Resolução 23.752	40
1.5.5. O programa <i>Seu Voto Importa</i> – Resolução 23.753..	41

1.6. O papel da doutrina e da jurisprudência no preenchimento das lacunas.....	41
1.7. Resumo executivo.....	42

CAPÍTULO 2

REGISTRO DE CANDIDATURAS E O REQUERIMENTO DE DECLARAÇÃO DE ELEGIBILIDADE (RDE) – RESOLUÇÃO TSE N. 23.751 E LEI COMPLEMENTAR N. 219/2025	43
2.1. O registro como ato constitutivo da legitimidade para concorrer	43
2.2. Os requisitos de elegibilidade no ordenamento vigente ...	45
2.2.1. Os requisitos positivos	45
2.2.2. Causas de inelegibilidade constitucionais e da Lei Complementar (LC) n. 64/90 (com as alterações da Lei Complementar n. 135/2010 e LC n. 219/2025).....	46
2.2.3. O requerimento de declaração de elegibilidade (RDE).....	53
2.2.3.1. A lacuna que LC 219/2025 preencheu.....	53
2.2.3.2. Natureza jurídica, limite do RDE, prazo ideal.	57
2.2.3.3. Ação de impugnação de registro de candidatura (AIRC).....	58

CAPÍTULO 3

PROPAGANDA ELEITORAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.....	63
3.1. A Resolução n. 23.755 como paradigma regulatório global.....	63
3.2. Contexto histórico da Resolução n. 23.610/19 à Resolução n. 23.755	65
3.3. Estrutura da Resolução n. 23.755: os três eixos regulatórios.....	67
3.4. Eixo I – O regime jurídico da inteligência artificial na propaganda	68
3.4.1. Definição operacional de conteúdo sintético	68

3.4.2. O princípio da rotulagem obrigatória.....	69
3.4.3. O que não pode ser rotulado – as proibições absolutas.....	70
3.4.4. Responsabilidade pelo conteúdo sintético: candidato, partido, plataforma e terceiro.....	74
3.5. Eixo II – Propaganda digital e a violência na política de gênero.....	76
3.5.1. Contexto normativo e conceito.....	76
3.6. Eixo III – Responsabilidade das plataformas digitais.....	78
3.6.1. O novo mecanismo da Resolução n. 23.755 e o fim da hidra.....	78
3.7. Propaganda antecipada – o marco de 16 de agosto de 2026.....	79
3.7.1. O conceito legal e seus limites.....	79
3.8. O contencioso da propaganda eleitoral digital em 2026...	83
3.8.1. A representação por propaganda irregular: um roteiro prático.....	83
3.8.2. A defesa em representação por propaganda com IA.....	84
3.9. Protocolo de Compliance Digital para as campanhas.....	89

CAPÍTULO 4

ILÍCITOS ELEITORAIS: IA, DESINFORMAÇÃO E ABUSO DE PODER DIGITAL – RESOLUÇÃO N. 23.757.....	93
4.1. A Resolução n. 23.757 no sistema normativo.....	93
4.2. A arquitetura dos ilícitos eleitorais.....	94
4.2.1. Conceito, categorias e novos ilícitos.....	94
4.2.2. O planejamento probatório da AIJE por IA.....	99
4.2.3. Desinformação eleitoral e suas consequências.....	100
4.2.3.1. Conceito operacional.....	100
4.2.3.2. Abuso do Poder no Ambiente Digital.....	106
4.2.3.2.1. Abuso do Poder Econômico Digital...	106
4.2.3.2.2. Abuso do poder político com uso de IA.....	120

CAPÍTULO 5

REPRESENTAÇÕES, RECLAMAÇÕES E DIREITO DE RESPOSTA	123
5.1. A inovação central da Resolução n. 23.756	123
5.2. Representação por propaganda irregular – art. 96 da Lei 9.504/97	125
5.3. Direito de Resposta	127

CAPÍTULO 6

AÇÕES ELEITORAIS ESTRATÉGICAS À LUZ DAS NOVAS NORMAS.....	133
6.1. A nova arquitetura do contencioso em 2026	133
6.2. AIJE – Ação de investigação judicial eleitoral.....	135
6.3. AIRC – Ação de impugnação de registro de candidatura ...	145
6.4. AIME – Ação de impugnação de mandato eletivo.....	147
6.5. RCED – Recurso contra expedição de diploma.....	153
6.6. Representação por propaganda irregular nas eleições de 2026 e os novos rumos.....	156
CONCLUSÃO	159
POSFÁCIO.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	167
APÊNDICE A – MODELO DE AIME POR FRAUDE À COTA DE GÊNERO.....	171
APÊNDICE B – MODELO DE REPRESENTAÇÃO POR PROPAGANDA IRREGULAR (CONTEÚDO SINTÉTICO).....	179
APÊNDICE C – MODELO DE AIJE POR ABUSO DO PODER DE COMUNICAÇÃO E POLÍTICO.....	187